



ANS - Nº 38.525-5

UNIHOSP SAÚDE

Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31/12/2025

- Relatório da Administração
- Parecer dos Auditores Independentes
 - Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 - Demonstração do Fluxo de Caixa
 - Notas Explicativas

UNIHOSP SAÚDE LTDA.

CNPJ 01.445.199/0001-24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

A **administração** da **UNIHOSP**, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração

O exercício de 2025 foi observado aumento de 12% dos Custos Assistenciais em relação ao ano de 2024. Conseguimos garantir o atendimento aos beneficiários de acordo com as expectativas.

Política de Destinação dos Lucros:

A UNIHOSP tem como principal objetivo a recuperação total de prejuízos acumulados de anos anteriores, motivo pelo qual não foi estabelecida uma política de destinação dos lucros para o exercício de 2025.

Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” da sociedade no resultado do exercício:

Encerramos o exercício de 2025 com um aumento da receita de contraprestações em 13,5%, passando de R\$ 206,4 milhões em 2024 para R\$ 234,3 milhões em 2025. O aumento da receita observada no exercício reflete a melhor atuação comercial da operadora junto a população em sua área de atuação otimizando o ticket médio.

A sinistralidade em 2025, medida pela relação entre os eventos indenizáveis líquidos (custo dos serviços médicos hospitalares) e as contraprestações efetivas, ficou estabilizada no exercício, estando de acordo com a média do mercado para atendimento pleno aos seus beneficiários.

No exercício de 2025, a Operadora manteve Suficiência dos principais indicadores estabelecidos pela ANS.

Reorganizações societárias ou alterações de controle direto ou indireto:

A Operadora manteve em 2025 o mesmo quadro societário do ano anterior, dando continuidade à mesma estrutura.

Perspectivas e planos da administração para o Exercício Seguinte:

Dentre as várias perspectivas almejadas pela administração, para o próximo exercício temos como metas principais: (i) manutenção da carteira de beneficiários com perspectivas de crescimento para o exercício 2026, tendo em vista investimentos realizados na área comercial, com contratação de novos profissionais com vasta experiência e conhecimento de mercado; (ii) estabilização do índice de sinistralidade em patamares aceitáveis de mercado que favoreçam as margens de resultados da Operadora, assim como já vem sendo observado nos últimos exercícios; (iii) manutenção de despesas administrativas; (iv) implementação de práticas mínimas de Governança Corporativa, Controles Internos e Gestão de Riscos – RN/ANS nº 443/2019, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão e melhoria de controles e “compliance” efetivo, além de pleito na redução de fator de Capital Baseado em Riscos, conforme estabelecido pela RN/ANS nº 451/2020; e (v) geração lucros contínuos mensais, como forma de incremento ao Patrimônio Líquido, investimentos e aprimoramentos dos serviços assistenciais prestados aos beneficiários.

Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde:

O ano de 2025 obrigou as Operadoras e demais empresas do país a concentrarem os esforços na manutenção da capacidade produtiva e de atendimento dentro do mesmo nível de qualidade esperado pelos seus beneficiários. Da mesma forma a UNIHOSP focou sua atenção nesse sentido.

Resumo dos acordos de acionistas:

O principal foco entendido por unanimidade entre os acionistas é manter as operações aos patamares de qualidade, rentabilidade, solvência e sustentabilidade frente ao mercado e às expectativas dos clientes e fornecedores.

A UNIHOSP declara que vem fortalecendo ano a ano sua capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento.

A UNIHOSP, por ser uma sociedade limitada, não tem perspectivas de emissões de debêntures.

A UNIHOSP não possuía até 2025 investimentos em sociedades coligadas e controladas, mantendo a política dos anos anteriores.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos aos colaboradores, clientes, prestadores e instituições financeiras, principais responsáveis pelo nosso desenvolvimento, que nos estimulam pela sua preferência e confiança, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e às autoridades ligadas às nossas atividades pela confiança em nós depositada.

Reafirmando seu compromisso com a sociedade de aversão a qualquer atividade que possa caracterizar corrupção, fraude ou lavagem de dinheiro, declaramos que, no exercício de 2025, não houve qualquer indício ou suspeita que justificasse a comunicação de operações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), conforme determina o inciso III do artigo 11 da Lei nº 9.613/1998.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

A Diretoria.

Camila Menneh Barusco

Representante Legal



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos Diretores e Administradores da
UNIHOSP SAÚDE LTDA.
CNPJ: 01.445.199/0001-24**

Opinião Sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa **UNIHOSP SAÚDE LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da operadora **UNIHOSP SAÚDE LTDA.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

A **UNIHOSP SAÚDE LTDA.**, enquanto Operadora de Plano de Saúde, deve atender e cumprir integralmente as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A empresa conta com um atuário responsável, que apresentou relatório livre de inconsistências. Além disso, possui autorização da ANS para realizar cálculos atuariais próprios, cuja responsabilidade é exclusivamente do atuário responsável.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido em 26 fevereiro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **UNIHOSP SAÚDE LTDA.**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.



AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Bebedouro - SP, 26 de fevereiro de 2026.

MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES
CNPJ 03.805.426/0001-00
CRC 2SP 021390/O-7



ODACIO PEREIRA MOREIRA
CONTADOR CRC MS002731/O-7
CVM 977-6

UNIHOSP SAÚDE LTDA.
CNPJ 01.445.199/0001-24
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em Reais

ATIVO			
	Nota	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE			
		72.458.394	61.651.504
Disponível	5	4.580.669	4.071.077
Realizável		67.877.725	57.580.426
Aplicações Financeiras	6	62.352.809	46.339.164
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		20.065.434	17.950.233
Aplicações Livres		42.287.375	28.388.931
Créditos de Operações com planos de Assist. Saúde	7	4.021.330	10.524.136
Contraprestações Pecuniárias a Receber		4.021.330	10.524.136
Créditos Tributários e Previdenciários	8	1.497.015	705.650
Bens e Títulos a Receber	9	6.571	11.476
		15.796.968	9.748.438
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo	10	11.908.002	8.735.102
Outras Aplicações		360.000	360.000
Créditos Tributários e Previdenciários		5.841.725	3.031.397
Títulos e Créditos a Receber		152.571	243.876
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	5.553.707	5.099.829
Imobilizado	12	3.879.785	998.549
Imobilizado de Uso Próprio - Não Hospitalares		3.879.785	998.549
Intangível		9.181	14.788
TOTAL DO ATIVO		88.255.362	71.399.942

Camila Menneh Barusco
Representante Legal
CPF 281.282.648-77

Carlos Monis Medeiros
Contador
CRC 1SP163642/O-5

UNIHOSP SAÚDE LTDA.
CNPJ 01.445.199/0001-24
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 Em Reais

PASSIVO			
	Nota	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE		32.183.746	27.851.313
Provisões Técnicas de Op de Assistência à Saúde	13	29.416.563	26.978.767
Provisão de Contraprestações Não Ganha - PCNG		10.529.013	9.773.834
Provisão Eventos a Liquidar p/ SUS		2.777.114	2.093.974
Provisão Eventos a Liquidar p/ Outros Prest. Serv.Assist.		1.976.491	412.167
Provisão s/ Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)		9.610.163	10.957.387
Provisão s/ Eventos SUS (PEONA SUS)		4.523.783	3.741.404
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		1.131.070	-
Receita Antecipada de Contraprestações		1.102.042	-
Comercialização sobre Operações		29.028	-
Provisões		-	106.236
Provisão para IR e CSLL		-	106.236
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	1.219.919	731.921
Débitos Diversos	15	416.194	34.389
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.837.061	5.396.793
Provisões Técnicas de Operações de Assist. à Saúde		283.354	296.964
Provisão Eventos a Liquidar p/ SUS		283.354	296.964
Provisões		5.553.707	5.099.829
Provisões para Ações Judiciais	16	5.553.707	5.099.829
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		50.234.554	38.151.836
Capital Social	17	29.842.206	29.842.206
Lucros/(Prejuízos) Acumulados		20.392.348	8.309.630
TOTAL DO PASSIVO		88.255.362	71.399.942

Camila Menneh Barusco
 Representante Legal
 CPF 281.282.648-77

Carlos Monis Medeiros
 Contador
 CRC 1SP163642/O-5

UNIHOSP SAÚDE LTDA.
CNPJ 01.445.199/0001-24
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em Reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	224.131.802	197.599.522
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	234.322.520	206.446.970
Contraprestações Líquidas	234.322.520	206.446.970
(-)Tributos Diretos de Operações com Pl. Assist. à Saúde da Operadora	(10.190.718)	(8.847.448)
Eventos Indenizáveis Líquidos	(164.942.659)	(147.080.176)
Eventos Conhecidos e Avisados	(165.507.504)	(147.779.873)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	564.845	699.697
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PL.DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	59.189.143	50.519.346
Outras Despesas Operac. c/ Pl. de Assist. à Saúde da Operadora	(17.917.974)	(11.652.163)
Outras Despesas de Operações de Pl. de Assist. à Saúde	(17.917.974)	(11.652.163)
RESULTADO BRUTO	41.271.168	38.867.183
Despesas de Comercialização	(13.500.265)	(12.386.201)
Despesas Administrativas	(16.459.608)	(18.446.382)
Resultado Financeiro Líquido	4.833.234	2.683.851
Receitas Financeiras	4.906.959	2.944.025
Despesas Financeiras	(73.726)	(260.175)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÃO	16.144.529	10.718.449
Imposto de Renda	(2.980.273)	(2.109.464)
Contribuição Social	(1.081.538)	(768.047)
RESULTADO LÍQUIDO	12.082.718	7.840.939

Camila Menneh Barusco
Representante Legal
CPF 281.282.648-77

Carlos Monis Medeiros
Contador
CRC 1SP163642/O-5

UNIHOSP SAÚDE LTDA.
CNPJ 01.445.199/0001-24
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
Em Reais

	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>29.842.206</u>	<u>468.691</u>	<u>30.310.897</u>
Lucro do Exercício	-	7.840.939	7.840.939
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>29.842.206</u>	<u>8.309.630</u>	<u>38.151.836</u>
Lucro do Exercício	-	12.082.718	12.082.718
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>29.842.206</u>	<u>20.392.348</u>	<u>50.234.554</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Camila Mennh Barusco
Representante Legal
CPF 281.282.648-77

Carlos Monis Medeiros
Contador
CRC 1SP163642/O-5

UNIHOSSAÚDE LTDA.
CNPJ 01.445.199/0001-24
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

Em Reais

	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Plano de Saúde	226.521.515	211.786.376
Resgates de Aplic Financec	15.730.970	18.143.953
Recebto de Juros de Aplic Financeiras	118.385	103
Pagamento Fornecedores / Prestad de Serviço de Saúde	(154.083.311)	(141.926.213)
Pagamento de Comissões	(10.914.316)	(9.853.405)
Pagamento de Pessoal	(1.815.427)	(981.324)
Pagamento de Pró-Labore	(105.087)	(61.527)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(10.004.731)	(10.033.433)
Pagamento de Tributos	(27.248.941)	(15.673.306)
Pagamento de Aluguel	(333.605)	(698.202)
Pagamento de Promoção/Publicidade	(35.775)	-
Aplicações Financeiras	(28.035.064)	(39.999.188)
Outros Pagamentos Operacionais	(6.290.449)	(9.757.314)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	3.504.165	946.520
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(2.994.576)	(15.708)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(2.994.576)	(15.708)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebto de Empréstimos/Financiamentos	-	(938.418)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-	(938.418)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	509.588	(7.606)
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa		
CAIXA - Saldo Inicial	4.071.077	4.078.684
CAIXA - Saldo Final	4.580.669	4.071.077
Aumento/(Diminuição) líquido de caixa e equivalente de caixa	509.591	(7.606)
Ativos Livres no Início do Período	28.388.931	6.075.685
Ativos Livres no Final do Período	42.287.375	28.388.931
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras - Recursos Livres	13.898.444	22.313.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

 Camila Menneh Barusco
 Representante Legal
 CPF 281.282.648-77

 Carlos Monis Medeiros
 Contador
 CRC 1SP163642/O-5

UNIHOSP SAÚDE LTDA.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício findo em
31/12/2025

1. Contexto operacional

A UNIHOSP Saúde Ltda. é uma empresa constituída sob a forma de sociedade limitada com fins lucrativos que tem como objetivo a Operação de planos privados de assistência médica a seus associados através de rede própria ou de credenciados de acordo com lei 9.656/98.

A UNIHOSP Saúde Ltda. está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 38.525-5.

2. Principais atividades desenvolvidas

No cumprimento de suas atividades, a UNIHOSP Saúde Ltda. assina em nome dos seus sócios, contratos para prestação de serviços inerentes a atividade médica com pessoas físicas e/ou jurídicas de direito público ou privado.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas Padrão instituído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, estabelecido pela Resolução Normativa RN nº 528 de 29 de abril de 2022 e Resolução Normativa RN nº 446 de 01 de novembro de 2019 consoante às práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2024, de forma a permitir a comparabilidade.

A conclusão e a emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Operadora em 30 de janeiro de 2026.

4. Principais práticas contábeis

a) Regime de escrituração

A Operadora adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas de vida útil de determinados ativos e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c) Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações vinculadas não estão destinadas à negociação ou disponíveis para venda (vide nota explicativa nº 6).

d) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Preços preestabelecidos - “Provisão de contraprestação não ganha - PCNG”, e posteriormente sendo reconhecidos como “contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde”, no que se refere aos serviços médicos e hospitalares, quando da efetiva cobertura do risco contratual incorrido conforme determinado pela RN nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e suas alterações. Preços pós-estabelecidos na conta de “contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde” (vide nota explicativa nº 7).

A provisão para perda sobre créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do anexo da Resolução Normativa – RN nº 435 DIOPE/ANS.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação, incluídos, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os direitos realizáveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificados como não circulante.

f) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição corrigido até 31 de dezembro de 1995 menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais (vide nota explicativa nº 11) e não há indicativos de que seu valor de realização seja inferior ao valor contábil (*impairment*).

g) Intangível

Com as alterações nas Leis nº 6.404/76 e nº 11.941/09, o intangível foi incorporado ao balanço a partir do exercício de 2008 e está relacionado a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

O pronunciamento CPC 04 – Ativo Intangível tem como objetivo definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro pronunciamento. Por sua vez, ele estabelece que uma entidade deva reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios forem atendidos. Além disso, também especifica como apurar e mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas sobre esses ativos.

Na UNIHOSP Saúde Ltda. o ativo intangível é representado por licenças e direito de uso de softwares destinados ao sistema operacional corporativo da Operadora e pelo custo de registro de marcas e patentes, apresentados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculadas pelo método linear a taxas anuais permitidas pela legislação fiscal. (vide nota explicativa nº 12).

h) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 393/2015 e alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 393/2015 e RN 435/2018 e suas alterações vigentes (vide nota explicativa nº 13)

i) Tributos e encargos sociais a recolher

Calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, considerando os efeitos tributários demandados pela aplicação das modificações na Lei nº 11.941/09 (vide nota explicativa nº 14).

j) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. As obrigações exigíveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificadas no passivo não circulante.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As principais práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes;

- i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- ii)** Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes avaliados como de perda possível não exigem provisão, mas divulgação em nota explicativa, enquanto aqueles avaliados como de perda remota não são provisionados e nem divulgados;
- iii)** Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação.
- iv)** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito, quando originadas de processos em que a Operadora questiona a inconstitucionalidade de tributos.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

l) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas ou acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

m) Reconhecimento da receita

As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando tratar-se de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

n) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados por prestadores que não são cobrados (avisados) em sua totalidade da Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão para eventos ocorridos e não avisados conforme metodologia própria.

o) Informações por segmento

A Operadora está organizada em uma única unidade de negócio, correspondente à atividade de planos de saúde, sendo suas operações controladas e gerenciadas de forma integrada.

p) Normas Internacionais de Contabilidade

A Operadora vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 – Demonstrações Separadas, CPC 44 – Demonstrações Combinadas, CPC 47 – Receitas, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e da ICPC-10 do Imobilizado as quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis no que

não contrariarem a Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações vigentes, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

5. Disponível

Caixa e Bancos	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	1.367	367
Bancos conta movimento	4.579.302	4.070.711
	4.580.669	4.071.077

6. Aplicações financeiras

		31/12/2025	31/12/2024
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas			
Banco Bradesco S.A.	FI Renda Fixa Dedicado ANS	236.878	211.889
Banco Itaú S.A.	UBB ANS FI RF Saúde	16.624.475	14.874.536
Banco Santander S.A.	FI Renda Fixa ANS	3.204.081	2.863.808
		20.065.434	17.950.233
Aplicações Livres			
Banco Itaú S.A.	Itaú TRUST DI	2.250.870	2.408.537
Banco Itaú S.A.	Itaú ACTIVE FIX 5	1.236.839	3.695.147
Banco Safra S.A.	RF Safra CTI Cart Inst	73.782	72.605
Banco Safra S.A.	RF Safra TCM Renda Fixa	21.268	27.677
Banco Santander S.A.	RF FIC FI Institucional	266.831	258.916
Banco Sulcred Coop	CDB RF	24.928.127	21.926.048
Euro Securitizadora S.A.	CDB RF	13.509.657	-
		42.287.375	28.388.931
		62.352.809	46.339.164

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Corresponde a valores a receber dos planos de saúde da Operadora. A provisão para perda sobre créditos constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela RN 528/2022.

As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos na RN 528/2022 e alterações vigentes da ANS.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Planos Individuais - Pré-estabelecidos		
Contraprestações a Receber	4.663.194	9.288.783
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	<u>(1.572.691)</u>	<u>(1.223.225)</u>
	3.090.503	8.065.558
Planos Coletivos - Pré-estabelecidos		
Créditos a Receber	1.117.768	2.530.090
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	<u>(186.940)</u>	<u>(71.513)</u>
	930.828	2.458.578
	<u>4.021.330</u>	<u>10.524.136</u>

8. Créditos tributários e previdenciários

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
IR retido na fonte - IRRF	1.497.015	705.650
	<u>1.497.015</u>	<u>705.650</u>

9. Bens e títulos a receber

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Adiantamentos a Funcionários	6.571	11.476
Adiantamentos a Fornecedores	-	-
	<u>6.571</u>	<u>11.476</u>
Não Circulante		
Títulos de Capitalização s/ Aluguéis	360.000	360.000
Créditos Tributários e Previdenciários	5.841.725	3.031.397
Outros Títulos a Receber	152.571	152.571
Outros Valores e Bens	-	91.305
	<u>6.354.295</u>	<u>3.635.273</u>
	<u><u>6.360.866</u></u>	<u><u>3.646.749</u></u>

10. Depósitos Judiciais e Fiscais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Não Circulante		
Depósitos Judiciais - TSS e Multas ANS	1.504.091	1.504.091
Depósitos Judiciais - Cíveis	4.049.616	3.595.737
	<u>5.553.707</u>	<u>5.099.829</u>

11. Imobilizado

	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2023	Movimentação		Saldos em 31/12/2024
			Custo	Depre- ciação	
Imobilizado de uso próprio - Não hospitalares / odontológicos					
Instalações	10	127.728		(20.251)	107.477
Máquinas e Equipamentos	10	71.750	14.491	(9.053)	77.188
Materiais de Informática e Periféricos	5	125.545	935	(40.752)	85.728
Móveis e Utensílios	10	151.411	31.887	(25.766)	157.531
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10	641.953		(71.328)	570.625
		1.118.386	47.313	(167.150)	998.549

12. Intangível

	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2023	Movimentação		Saldos em 31/12/2024
			Custo	Amorti- zação	
Intangível - Não hospitalares / odontológicos					
Marcas Comerciais	10	732	-	(382)	350
Sistemas de Computação	5	19.694	-	(5.257)	14.438
		3.975	-	(5.639)	14.787

13. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Provisões de contraprestações		
Provisões de contraprestação não ganha - PCNG	10.529.013	9.773.834
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	2.777.114	2.093.974
Provisão de eventos a liquidar à rede credenciada	1.976.491	412.167
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	9.610.163	10.957.387
Prov. de ev. ocorridos e não avisados SUS (PEONASUS)	4.523.783	3.741.404
	29.416.563	26.978.767
Não Circulante		
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	283.354	296.964
	283.354	296.964
	29.699.917	27.275.731

Provisão de contraprestação não ganha – PCNG

Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

Provisão para eventos a liquidar SUS

Referem-se a contestados lançamentos realizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, visando a cobrança de despesas assistenciais decorrentes de atendimentos dos usuários da Operadora no Sistema Único de Saúde, estando de acordo conforme artº2 da Instrução Normativa nº3 de 19 de outubro de 2010 - DIOPE/DIDES.

Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN nº 209/09, RN 393/2015 e alterações vigentes, que determinou a constituição desta provisão a partir de 1º de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Conforme publicação da RN 227/10 e alterações vigentes, que determinou que a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 392/2015 e alterações vigentes.

Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Constituída com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução Normativa nº 393 de 09.12.2015 expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e alterações vigentes, para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados pelos prestadores, através da utilização de metodologia própria.

Provisão para eventos ocorridos e não avisados para o SUS (PEONA-SUS)

Constituída nos moldes da citada Resolução Normativa, durante do exercício 2021, a Operadora optou pela antecipação de reconhecimento integral da PEONA-SUS, estabelecida pela RN nº 422 de 20.12.2018 e estão 100% lastreadas por ativos garantidores vinculados em fundo dedicado ao setor de saúde suplementar.

14. Contraprestações recebidas antecipadamente

Referem-se às contraprestações recebidas antes da apropriação pró rata em contraprestações a receber.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contraprestações Recebidas Antecipadamente	<u>1.102.042</u>	<u>-</u>
	<u>1.102.042</u>	<u>-</u>

15. Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ e CSLL a recolher	-	106.236
ISS sobre o Faturamento	627.247	215.979
INSS a recolher	6.210	8.176
FGTS a recolher	835	844
PIS e COFINS a recolher	152.454	166.293
Retenções de Impostos e Contribuições	433.173	340.629
	<u>1.219.919</u>	<u>838.157</u>
Circulante	1.219.919	838.157
Não Circulante	-	-
	<u>1.219.919</u>	<u>838.157</u>

16. Débitos diversos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Obrigações com Pessoal	43.940	34.389
Fornecedores	372.254	-
	<u>416.194</u>	<u>34.389</u>

17. Provisões para ações judiciais

A Operadora é parte em processos cíveis, trabalhistas e junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco provável por seus advogados, para os quais foram constituídas provisões. Em 31 de dezembro de 2024, os valores provisionados foram os seguintes:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão para multas administrativas ANS	1.504.091	1.504.091
Provisão para ações cíveis	4.049.616	3.595.737
	<u>5.553.707</u>	<u>5.099.829</u>

18. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 está representado por 29.842.206 (vinte e nove milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, duzentos e seis) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Resultado

Resultado líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi no valor de R\$ 12.082.718,00 (Doze milhões, oitenta e dois mil, setecentos e dezoito reais).

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Capital Social	29.842.206	29.842.206
Lucro Apurado no Exercício	12.082.718	7.840.939
Lucros (Prejuízos) acumulados	8.309.630	468.691
	<u>50.234.554</u>	<u>38.151.836</u>

19. Contraprestações efetivas

Registradas no montante de R\$ 234.322.520 em 2025 e de R\$ 206.446.970 em 2024, correspondem às receitas pró-rata, oriundas de mensalidades e faturas de beneficiários de planos de assistência médico-hospitalar individuais e coletivos oferecidos pela Operadora.

20. Eventos conhecidos e avisados

Registrados no montante de R\$ 165.507.504 em 2025 e de R\$ 147.779.872 em 2024, correspondem aos custos dos serviços de assistência médico-hospitalar prestados aos beneficiários da Operadora.

21. Garantias financeiras

Patrimônio mínimo ajustado

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável “K”, obtido no anexo I da RN nº 451/2021, pelo capital base reajustado pelo IPCA em julho de cada ano. O Capital Social da Operadora excede o valor do patrimônio mínimo - PMA exigido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Patrimônio Líquido encerrado	50.234.554	38.151.836
(-) Intangível	(9.181)	(14.788)
(=) Patrimônio Mínimo Ajustado	<u>50.225.373</u>	<u>38.137.048</u>
<u>Patrimônio mínimo (PMA) (Fator K) - Exigido</u>	3.020.259	3.020.259
Suficiência de Capital Base	47.205.114	35.116.790
<u>CRC Risco de Crédito - Exigido</u>	3.797.069	3.797.069
Suficiência de Risco de Crédito	46.428.304	34.339.980
<u>CRS Capital referente ao Risco de Subscrição - Exigido</u>	10.959.685	10.959.685
Suficiência de Risco de Crédito	36.245.429	24.157.105
<u>CRO Risco Legal e Operacional - Exigido</u>	4.199.005	4.199.005
Suficiência de Risco Legal e Operacional	27.830.681	15.742.357
<u>CRM Capital Referente ao Risco de Mercado - Exigido</u>	2.087.500	2.087.500
Suficiência de Capital Referente ao Risco de Mercado	34.157.930	22.069.605
<u>CBR Capital Baseado em Riscos Exigido - Exigido</u>	18.195.687	18.195.687
Suficiência de Capital Baseado em Risco	32.029.686	19.941.361

Ativos garantidores

Os ativos garantidores são bens imóveis, ações, títulos ou valores mobiliários de titularidade da Operadora, que lastreiam as provisões técnicas. Esses ativos representam a efetivação financeira real da garantia escritural refletida pelas provisões.

As regras referentes à aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores estão dispostas na Resolução Normativa nº 392 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2024 a necessidade de lastro e vínculo da UNIHOSP Saúde está suficiente conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
APLICAÇÕES GARANTIDORAS TOTAIS	20.065.434	17.950.233
(-) PASSIVOS EXIGÍVEIS DE APLICAÇÕES GARANTIDORAS		
PEONA Provisão p/ Eventos Ocorridos e Ñ Avisados	9.610.163	10.957.387
PEONA SUS	4.523.783	3.741.404
Ressarcimento ao SUS Débitos Pendentes	90.883	84.883
Rede Credenciada - Saldo Total	<u>1.976.491</u>	<u>412.167</u>
Soma dos Passivos Exigíveis	<u>16.201.320</u>	<u>15.240.355</u>
SUFICIÊNCIA	3.864.114	2.709.878

22. Cobertura de seguros

A administração da Operadora tem por política contratar seguros contra incêndios e riscos diversos com cobertura considerada suficiente, pelos assessores especialistas em seguros, para assegurar, em caso de sinistros, a reposição dos bens e a sua respectiva continuidade operacional.

23. Conciliação da demonstração dos fluxos de caixa

	2025	2024
Resultado Líquido do Exercício	12.082.718	7.840.939
<u>Ajustes por:</u>		
Depreciações	168.935	167.620
Amortizações	1.604	5.169
Resultado Líquido do Exercício	12.253.256	8.013.728
Varição dos Ativos Operacionais por Redução/(Aumento)	(15.206.284)	(6.866.162)
Aplicações Financeiras	(17.749.730)	(23.747.217)
Contraprestação Pecuniária a Receber	6.502.805	5.351.469
Créditos Tributários e Previdenciários CP	(791.364)	(236.191)
Créditos Tributários e Previdenciários LP	(2.810.328)	-
Bens e Títulos a Receber	4.905	811.187
Títulos a Receber LP	-	95.238
Outros Valores e Bens LP	91.305	12.117.063
Depósitos Judiciais e Fiscais	(453.878)	(1.257.709)
Varição dos Passivos Operacionais por (Redução)/Aumento	6.455.320	(201.046)
Variação da Provisão de Contraprestação Não Ganha - PCNG	2.437.796	3.189.391
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	683.140	451.477
Provisão de Eventos a Liquidar Rede Credenciada	1.564.323	(49.169)
Variação da Provisão p/ Eventos Ocorridos e Ñ Avisados	(564.845)	(699.697)
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS - LP	(13.610)	57.961
Débitos de Operações	1.131.070	(1.386.745)
Provisões IRPJ e CSLL	(106.236)	98.219
Tributos e Encargos Sociais a Recolher - CP	487.998	(2.088.721)
Débitos Diversos	381.805	(13.012)
Provisões para Ações Judiciais	453.878	239.251
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.502.292	946.520

24. Instrumentos financeiros

Avaliação de instrumentos financeiros

A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das disponibilidades, créditos de operações com planos de assistência à saúde e não relacionados com planos de saúde da Operadora e os passivos circulantes, principalmente provisão de eventos a liquidar e débitos de operações de assistência à saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão informados nas demonstrações financeiras, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a Operadora não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Fatores de risco

A Operadora apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) Risco de crédito

Risco do não recebimento de valores decorrentes da prestação de serviços médico-hospitalares ou da impossibilidade de resgate de aplicações e investimentos mantidos junto a instituições financeiras.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de sua carteira de recebíveis e dos índices de inadimplência, bem como mantém suas aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b) Risco de liquidez

Risco da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Operadora honre seus compromissos no prazo, em razão do descasamento entre o fluxo de pagamentos e o fluxo de recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de seu fluxo de caixa, avaliando a adequação dos prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, geralmente caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente curtos.

c) Risco de taxas de juros

Risco de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos significativos sobre os rendimentos dos recursos aplicados ou sobre a remuneração dos recursos captados no mercado financeiro.

Para minimizar possíveis impactos de oscilações em taxas de juros, a Operadora tem por prática realizar aplicações financeiras conservadoras em títulos de renda fixa (CDB e Fundos de investimento) junto a bancos de primeira linha, bem como evita a contratação de empréstimos de montante elevado.

d) Risco operacional

Risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de diversas causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Operadora, bem como a fatores externos decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A administração da operadora é responsável pelo contínuo desenvolvimento e implementação de controles para tratar e administrar riscos operacionais, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. São eles:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências; e
- padrões éticos e comerciais.

25. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Camila Menneh Barusco
Representante Legal
CPF 281.282.648-77

Carlos Monis Medeiros
Contador
CRC 1SP163642/O-5